

Senadores terminam o projeto de Regimento

O Senado Federal entrou na reta final de elaboração de seu novo Regimento Interno, embora ainda não haja qualquer prazo para a apresentação do texto final do documento. Já se encontra com a Mesa diretora da Casa o anteprojeto elaborado por uma comissão de três senadores, coordenada por Jutahy Magalhães (PMDB-BA), em cima de um esboço estruturado pela assessoria técnica. O presidente do Senado, Humberto Lucena, já nomeou o senador Dirceu Carneiro (PMDB/PR) como relator desta última etapa, para receber emendas e dar nova forma ao texto.

O texto apresentado à Mesa diretora faz todas as adaptações exigidas ao Regimento Interno do Senado pela nova Constituição. É essencialmente técnico, adotando todas as disposições constitucionais que restabelecem as prerrogativas do Legislativo. Os

pontos que requerem decisões políticas serão abordados em plenário, na continuidade da discussão que se desenvolverá a partir da apresentação de emendas. Normatiza a figura do bloco parlamentar, fortalece as comissões temáticas, mas não altera os poderes da Mesa, que devem constituir matéria de debate em plenário.

Cumprida a etapa de reestruturação do Regimento do Senado, a assessoria técnica da Mesa se debruça agora sobre as alterações relativas ao Regimento Comum, do Congresso Nacional. Os pontos principais destas mudanças são a extinção do decreto-lei, a criação de medida provisória com força de lei e a instalação da comissão permanente que elaborará o orçamento da União. Este trabalho, posteriormente, será dividido com a assessoria da Mesa da Câmara, para ser votado pelas duas Casas.

Em projeto à parte, a Mesa do Senado deve apreciar ainda as normas para a Casa exercer a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, enquanto não houver eleição de deputados distritais em Brasília. Esta disposição atende preceitos constitucionais. Estas competências englobam dispositivos regimentais sobre a aprovação do governador do DF, indicado pelo Presidente da República, e dos membros do Tribunal de Contas do DF, nomeadas pelo governador.

Já no início da próxima sessão legislativa, em 15 de fevereiro, o governador do Distrito Federal deve encaminhar ao Senado o seu Plano de Governo expondo a situação do Distrito Federal e solicitando as providências que julgar necessárias e prestar anualmente, 60 dias após a instalação da sessão, as contas referentes ao exercício anterior.